

CEDI - P. I. B.
DATA 23 / 12 / 86
COD. KCD 04

ÁREA INDÍGENA RIO BIÁ

GRUPO INDÍGENA KATUQUINA

POPULAÇÃO : 180 Índios aproximadamente

ALDEIA DO IGARAPÉ TAMBAQUI

Havia na aldeia 55 Índios quando de nossa visita, entretanto, segundo informações colhidas no local, a população chegou em torno de 120 Índios, quando estão todos reunidos.

ALDEIA SACA DA PALHA, localizada próxima ao igarapé das onças.

Nessa aldeia moram seis famílias perfazendo aproximadamente 60 Índios.

O Grupo Indígena Katuquina subdivide-se em diversos sub-grupos de língua Katuquina e Pano e encontra-se em caráter imemorial na região compreendida entre os rio Jutaí, Juruá e seus afluentes (1).

Os Índios Katuquina do rio Biá vivem comunitariamente em grandes malocas. Na aldeia saca de Palha as malocas são menores, mas bem próximas uma das outras; na aldeia do igarapé Tambaqui, vivem em duas grandes malocas, onde cada unidade familiar tem seu espaço, que é dividido entre uma área para pendurar a rede e uma fogueira para preparar a comida. Cada área familiar é dividida por precárias paredes de palha.

São poucos os Índios que falam português, e os que falam, falam muito pouco.

Isto deve-se, sobretudo, ao pouco contato que mantem com os não-Índios. O contato ocorre somente com regatões, viajantes esporádicos, e os poucos trabalhadores não-Índios que vivem na região.

Não obstante o precário nível de contato interétnico revelado pelos Katuquina, há que considerar que suas necessidades atuais demandam fornecimento de mercadorias oriundas de centros urbanos bastante distante de seu mundo. Isto leva-os a negociar

Assim ficam numa situação cada vez mais difícil, porque apesar do contato com o branco ser constante, no sentido que ocorre com certa frequência, a intensidade é bem tênue, o que leva a um referencial contrastivo, pertinente ao choque de costumes, limitado: as categorias. Portanto o processo interétnico, no caso das relações sociais mantidas nos seringais, engendram formas de comportamentos sociais, bastante definidas, porque são limitadas as opções. Nesse aspecto a situação dos Katuquina inspira, junto ao Estado, via FUNAI, uma ação indigenista que considere seu nível de contato interétnico, seu direito sobre sua terra imemorial e sobretudo seu direito à liberdade de produzirem de acordo com seus interesses, relativos à economia regional, porém com condições concretas de acesso aos produtos de forma mais justa. Assim precisam de PI atuante na área para promover o desenvolvimento da produção indígena, orientar e oferecer condições de escoar a produção até o melhor mercado, para que possa ocorrer mudança social: melhore o padrão de vida dos índios, já que a esta altura do processo interétnico revela-se impossível a manutenção da vida tribal em suas características primordiais.

É preciso entender essa situação, primeiramente, no aspecto econômico, que mais profunda e diretamente incide na vida dos índios. Os demais aspectos somente deixarão de existir se não praticados por dezenas de anos; entretanto se a Política Indigenista for correta e aplicada à luz da legislação indígena, jamais desaparecerão, antes deverão ser reforçadas.

A produção da agricultura ainda é comunitária, ou seja, há apenas um roçado, onde todos produzem e consomem.

Existem muitos ritos e festas tipicamente indígenas. As mais comuns são a da banana e do ananás, onde dançam a noite toda, adornado com o cocar de buriti. Sobre as demais festas não obtivemos informações mais profundas.

A atuação da FUNAI na área deve-se a visitas esporádicas do sertanista das 1ª DR. e também de Padres. O grupo Katuquina do rio Biã tem, em sua população, grande número de crianças e jovens, todos carentes de assistência médica e educação.

A FUNAI urge ação indigenista imediata visando demarcar a área indígena concomitantemente à instalação de um PI; a implantação de projeto de desenvolvimento econômico comunitário intentando resguardar os direitos dos índios e atender suas necessidades.

Em 23.02.81, o sociólogo Marco Antonio do Espírito Santo apresentou relatório sobre levantamento feito em áreas do rio Solimões; Sua proposta de Delimitação do rio Biá abrange toda a área considerada indígena pelos índios e regionais. Aquele técnico afirma "O rio Biá, da Boca com o Jutai até as cabeceiras, constitui terra indígena de usufruto Katuquina, que vieram ocupando-o em direção Baixo/Alto Biá. Da Boca do Biá até o local chamado Boca das onças, primeira região histórica dos Katuquina, local onde encontra-se as primeiras aldeias velhas e roças no urubano e lago do Periquito." (Proc.FUNAI/BSB/0554/81).

Essa proposta é endossada pelo sertanista Sebastião Amancio, profundo conhecedor da região, que nos confirmou, verbalmente, quando estivemos na 1ª DR. Ao visitarmos o rio Biá constatamos realmente que a área indígena a ser demarcada deve ser a proposta, porque além de atender as necessidades atuais do grupo, enquanto etnia indígena em nível de contato interétnico que inspira cuidados para manter a integridade física do grupo, atende o direito imemorial do referido grupo.

Obtivemos informações de que havia aldeamento Kulina na região do rio Biá, entretanto não foi possível localizá-los, porque segundo nos informaram mudaram recentemente e parece que foram para o Carirú no Jutai, mas não temos certeza.

A área do Biá proposta pelo atual GT reforça a proposta anterior, revelando o consenso quanto aos limites da área tanto pelos índios que nela habitam imemorialmente, como pelo sertanista que procedeu levantamento na área, pelo GT anterior composto por Marco Antonio Espírito Santo e Benedito D. Marostegam. Assim ratificamos a proposta anterior e solicitamos a máxima urgência para a demarcação, a instalação de um PI e a implantação de projetos econômicos compatíveis às capacidades e necessidades indígenas.

Brasília, 10 de março de 1983.

Asseto Pósto
FUNAI